



MINISTÉRIO DO ESPORTE
COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA
CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRIDADE

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRIDADE DO COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA - CTI/CGI/MESP

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezesseis horas e dez minutos, na sede do Ministério do Esporte (MEsp) na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, Sala 720, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP: 70054-906, foi realizada a 5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Integridade, presidida pelo Coordenador da Câmara Técnica de Integridade, Sr. **Wesley Alexandre Tavares**, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI); e com o comparecimento da Sra. **Aline Rabêlo da Silva Neves**, membro e Presidente da Comissão de Ética Setorial (CE); do Sr. **Felipe Mateus Sampaio da Silva**, membro e Corregedor (COR); e do Sr. **Daniel de Oliveira Piza**, membro e Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD). Registrada a presença da Sra. **Gizele Soares Brandão**, servidora da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); da Sra. **Leila Bezerra Motta**, Ouvidora Substituta (OUV); do Sr. **Marcelo Silva Pontes**, Coordenador-Geral da Diretoria de Projetos da Secretaria-Executiva (DPROJ/SE) e membro da Câmara Técnica de Gestão de Riscos do Comitê de Governança Interna do Ministério do Esporte (CTR/CGI/MEsp); e da Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka**, Assessora Técnica da AECI. Verificado o quórum, consoante o art. 8º, § 7º, da Portaria MESP nº 50, de 7 de agosto de 2023, a reunião iniciou com a seguinte pauta:

- 1) Monitoramento do Plano de Integridade;
- 2) Plano de comunicação do Plano de Integridade;
- 3) Autoavaliação do MESP, com base no MMIP da CGU;
- 4) Reedição da Portaria MESP nº 50, de 2023 (Portaria de Governança);
- 5) Informes sobre a campanha do Programa T.I.M.E. relativa às vedações eleitorais.

O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** iniciou os trabalhos, informando que a pauta seria pequena, mas que se cada área tivesse pautas específicas a serem apresentadas e que conversassem com a temática da integridade, que poderiam ser abordadas; realizou a leitura da pauta, apontando que o monitoramento do Plano seria discutido novamente, fazendo referência à última reunião; citou que a proposta do Plano de Comunicação está sendo elaborada pela Sra. Emiko Aparecida de Castro Matsuoka e pelo Sr. Leonardo Passinato e Silva; tratou da Autoavaliação do MESP, que consiste em um questionário da CGU, ao tempo que agradeceu à Sra. Leila Bezerra Motta e ao Sr. Felipe Mateus Sampaio da Silva pelo envio das informações; e referiu-se, ainda, ao item 5 da pauta, sem prejuízo de a Ética, ABCD, COR e SE terem pautas adicionais. A respeito do primeiro ponto, mencionou que é um assunto já trazido na reunião passada; que foi validado com a CTI; que é um modelo muito simples neste primeiro momento; que deveria ter sido iniciado em julho, mas houve alguns percalços no órgão relativos a férias, mudanças físicas de áreas decorrentes de reformas no 7º andar do bloco A e a própria ocorrência das Olimpíadas; que o monitoramento constará em processo SEI; detalhou os tipos dos prazos que as ações foram classificadas; explicou a metodologia adotada no monitoramento; que será encaminhado na semana seguinte, inclusive para as Diretorias que têm ações no Plano. O Sr. **Daniel de Oliveira Piza** indagou se é a mesma planilha que foi validada na última reunião, ao passo que a Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** respondeu que é a mesma planilha, com a diferença que houve o preenchimento das 138 ações pela equipe da AECI. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** complementou que as ações foram preenchidas por eixos e que a intenção de ter sido no mês de julho foi postergada para agosto e informou que será dado o prazo de 15 dias corridos; perguntou à Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** e às

peessoas presentes se poderia ser no formato *SharePoint*. O Sr. **Marcelo Silva Pontes** sugeriu o formato de formulário eletrônico e explicou como ocorreu a dinâmica na área de gestão de riscos na DPROJ. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** observou a necessidade de atualização constante da planilha e explica que o protótipo foi elaborado no *SharePoint*, a despeito de algumas pessoas terem dificuldades com a plataforma, para que houvesse a possibilidade de as informações serem alimentadas em tempo real. O Sr. **Marcelo Silva Pontes** concordou que é mais adequado o *SharePoint*. O Sr. **Daniel de Oliveira Piza** perguntou se a ideia é de realizar o monitoramento de tempos em tempos, ao passo que O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** informou que depois desse monitoramento, haverá um novo ano que vem, mas indicou a existência de situações de ações de curto prazo que provavelmente ainda estarão em andamento ou que não foram iniciadas, e que em janeiro estas terão de ser avaliadas; que deverá ter um monitoramento em agosto, mas que em dezembro ou janeiro terá de rodar novamente entre as áreas somente as de curto prazo para avaliar se há necessidade de adequações a respeito do prazo; que acredita que a maioria conseguirá ser cumprida no curto prazo; que em uma avaliação preliminar havia mais de 25% das ações cumpridas. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** explicou que o tempo real de monitoramento consiste no preenchimento das 5 etapas e do nível de implementação por etapa e mostra na tela as células das planilhas. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares**, juntamente com a Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka**, destacaram ações da planilha para exemplificar a forma como devem ser preenchidas. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** comentou como deverá ser procedido em caso de previsão de descumprimento dos prazos e disse ao Sr. **Marcelo Silva Pontes** que ainda será avaliado o formato - se *SharePoint* ou formulário eletrônico - o qual, por sua vez, reforça que o primeiro formato seria melhor; que a intenção é que na próxima semana haverá a expedição do Ofício Circular às áreas para que haja a apresentação dos resultados da primeira rodada no fim de agosto; perguntou ao Sr. **Marcelo Silva Pontes** se haverá o Comitê de Governança Interna em setembro, ao que este último confirmou; que os resultados serão divulgados de forma sintética, remetendo à avaliação dos planos do *Open Government Partnership* (OGP) da CGU; que o relatório de monitoramento será bem sucinto neste primeiro momento. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** pergunta aos(às) presentes que há sugestões, ao passo que o Sr. **Marcelo Silva Pontes** passou a tirar dúvidas sobre os campos da planilha. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** e o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** tiraram as dúvidas, sendo que este último lembrou as questões abordadas na reunião passada da CTI sobre a referida planilha. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** seguiu para o item seguinte da pauta, rememorando que foi discutido na reunião anterior, quando o Plano de Comunicação estava em construção; que existem diversas iniciativas que podem ser trabalhadas na área de comunicação; que foi conversado naquela reunião que um dos produtos seria comunicação via *mailing list* de alguns *cards* sobre o Programa T.I.M.E.; que dessa forma foi iniciado; que a Sra. Emiko Aparecida de Castro Matsuoka e o Sr. Leonardo Passinato e Silva passaram as últimas 4 semanas trabalhando nos *cards*; que, em função da tempestividade e oportunidade, foram abordadas as vedações da época do defeso eleitoral, mudando a ideia inicial que seria falar sobre governança e integridade de uma forma mais conceitual e em linguagem cidadã; que a ideia era iniciar fortalecendo a logomarca do Programa T.I.M.E., mas a pauta foi alterada, em razão do exposto; que a CTI estava recebendo os *e-mails* que a Sra. Emiko Aparecida de Castro Matsuoka tem enviado para validação do conteúdo; que eventualmente há sugestões e que são feitas as adequações; que foram lançados 4 *cards*. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** indagou se a Sra. Emiko Aparecida de Castro Matsuoka gostaria de comentar a respeito e, na sequência, ela passou a apresentar na tela todos os *cards* já divulgados. O Sr. **Daniel de Oliveira Piza** comentou sobre um processo da ASCOM sobre o defeso eleitoral e o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** explicou o histórico dos acontecimentos que envolveram questionamentos das áreas do MEsp à CONJUR sobre o uso de logomarcas, bem como mencionou a reunião ocorrida entre a AECl, CONJUR e ASCOM; que iria ocorrer no dia seguinte o evento da CONJUR e comentou a sobre o que havia sido acordado entre a AECl e aquela área; que os referidos *cards* apresentados foram devidamente validados pela CTI; que os primeiros foram encaminhados à CONJUR; que o evento a ser realizado no Edifício Montes era de iniciativa desse setor. Após os questionamentos, voltou à pauta do Plano de Comunicação, relatando que, ao consultar a ASCOM sobre o modelo, foram indicadas as diretrizes e perguntas a serem respondidas para a sua elaboração. Ao apresentar o documento elaborado pela AECl, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** explicou que o foco do Plano estaria no cronograma de *cards*; que os assuntos a serem trabalhados no decorrer do Plano seriam validados com a CTI; que os(as) presentes avaliassem a proposta e cronograma apresentados pela AECl; que, juntamente com a Sra. Emiko Aparecida de Castro Matsuoka e com o Sr. Leonardo Passinato e

Silva, foram debatidos os temas e realizados os devidos ajustes; que os cards seriam divulgados via *mailing list* semanalmente; que a partir de agosto iniciariam temáticas como governança, integridade, apresentação do Plano e seus eixos; que temáticas mais específicas seriam abordadas a partir de setembro e citou exemplos como riscos à integridade, conflito de interesses, nepotismo, mês da consciência negra e assédio; e que poderia haver o envolvimento de especialistas nas temáticas para a promoção de eventos relacionados. A Sra. **Leila Bezerra Motta** indagou sobre o início da publicação dos *cards* e o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** reforçou que as publicações já haviam se iniciado e informou sobre as próximas publicações dos *cards*. A Sra. **Leila Bezerra Motta** perguntou sobre a localização do material e a Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** informou que se encontrava no processo SEI correspondente. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** ressaltou que as campanhas de integridade poderiam ser colocadas na aba de integridade do *site* institucional do MEsp; que a CGU trabalha com 13 grandes temáticas que poderiam ser trabalhadas no âmbito desta pasta ministerial; que no primeiro momento o Plano de Comunicação estaria focado nos *cards*; que casos relativos a ações específicas de comunicação poderiam ser atendidos via Plano; que cada área é livre para tratar sobre integridade internamente, mas ressaltou a necessidade de fortalecer a logomarca do Programa T.I.M.E.; que o Plano é uma proposição; que outras iniciativas de comunicação poderão ser complementadas; que ainda serão feitas algumas adequações no conteúdo e cronograma do Plano; que após as alterações o processo será disponibilizado à CTI para avaliação e sugestões, caso necessário. Tendo concluído este item de pauta, passou a tratar da Autoavaliação que a CGU propôs realizar junto aos órgãos; que será realizada por meio de formulário; que aborda diferentes macroprocessos e níveis; que será possível, com base nas informações enviadas, a identificação do nível que a instituição se encontra, de acordo com o Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP); e que a AECl, responsável pelo preenchimento do formulário, está finalizando o processo. O Sr. **Marcelo Silva Pontes** perguntou o prazo para envio à CGU, ao passo que o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** informou que será até o dia 9 e apresentou algumas das perguntas abordadas no formulário; que, além das respostas, é necessário o envio de documentos comprobatórios; que avaliação será até o nível 3; e que o MEsp estava avançando nos níveis do MMIP por conta do estabelecimento do Plano de Integridade. A Sra. **Leila Bezerra Motta** ressaltou a importância dos resultados, de modo que permitirá tanto a CGU quanto o próprio MEsp conhecerem a situação do órgão para identificar eventuais melhorias no que tange à temática de integridade, bem como para onde o MEsp deve seguir. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** esclareceu que a maioria das perguntas da Autoavaliação está a cargo da AECl, Corregedoria e Ouvidoria para a realização do preenchimento; que boa parte das perguntas já estava respondida e acompanhada dos documentos comprobatórios. A Sra. **Leila Bezerra Motta** expressou sua dúvida sobre o Cadastro de Empresas Inidôneas Suspensas (CEIS) da CGU, os acordos oriundos da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) e da existência de cadastro de inadimplentes para estes casos. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** explicou o funcionamento do processo de apresentação e execução de projetos pelo proponentes, no contexto atual da inexistência desse tipo de cadastro; que se houver algum problema na prestação de contas, outros projetos podem ser apresentados, uma vez que o SIAFI não registra tal situação; que o proponente apenas se torna inadimplente para o Governo Federal quando a Tomada de Contas Especial (TCE) é julgada no Tribunal de Contas da União (TCU) e que muitas vezes o processo demora; que a legislação é falha; e que o CEIS poderia atuar em conjunto com a LIE; que é necessário buscar evoluir e melhorar a prática desses controles e de se ter um sistema mais eficaz para a identificação dessas situações. A Sra. **Aline Rabêlo da Silva Neves** explicou o mecanismo de avaliação dos projetos na Diretoria de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte (DPPIE), o qual é focado no cumprimento do objeto, inexistindo processos de compartilhamento de informações simultâneas sobre os inadimplentes entre a área fim e a meio, que é a orçamentária. A Sra. **Leila Bezerra Motta** tece algumas observações sobre o CEIS e das situações em que a utilização do sistema é obrigatória; que no Portal mantido pela CGU é possível verificar se as instituições estão inadimplentes; e que alguns órgãos utilizam da ferramenta para iniciar os processos daquelas organizações que não têm débitos com o Governo. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** complementou, informando que a funcionalidade não é utilizada pelo fato de o MEsp não realizar contratações diretas por depender do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), mas que há áreas que poderiam utilizá-lo e não o fazem. Continua com a apresentação do questionário a ser preenchido, o qual tem 76 perguntas com avaliação dos níveis 2 e 3 direcionadas a várias áreas; que aborda diferentes tipos de macroprocessos para avaliar a maturidade da pasta ministerial; que a intenção é mensurar a integração da Alta

Administração com a Unidade Setorial de Integridade (USI); que uma nova avaliação será realizada daqui a dois anos; que os níveis de maturidade compreendem em cinco, no formato de matriz, e estruturados em *Key Process Area* (KPA); que à medida que as atividades sejam cumpridas em cada KPA, maior é o nível de maturidade do órgão; que assim que os resultados forem publicados irá compartilhar com os(as) presentes para conhecimento. A Sra. **Leila Bezerra Motta** acrescentou que as respostas colocadas por seu setor estavam alinhadas com o modelo de maturidade de auditoria, com as auditorias do TCU e com o questionário da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O Sr. **Wesley Alexandre Tavares**, ao abordar o último ponto de pauta acerca da reedição da Portaria de Governança do Ministério, apontou que seria realizada a sua reavaliação por conta da criação de novas estruturas dentro do órgão; que além da inclusão das novas estruturas, serão avaliados outros aspectos, como a criação de uma nova Câmara Técnica focada na segurança da informação e transformação digital; e que, por orientação do MGI, seria ideal que esse tipo de instância seja atrelado ao Comitê de Governança, de modo que as decisões sejam validadas por ele. O Sr. **Daniel de Oliveira Piza** expôs o questionamento da possibilidade de criação de um novo Comitê sem a necessidade de alteração na Portaria atual. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** pontuou que caso um novo Comitê não fosse contemplado na Portaria a ser editada, aqueles que surgirem posteriormente deverão ser criados por meio de uma portaria específica, que poderá ter uma menção de que serão referendados pelo CGI, mas que pode ser que seja um comitê de caráter mais independente; e que a orientação do MGI é que todos os comitês e subcomitês devem ser atrelados ao CGI. Ao dar os informes finais, comunicou aos(as) presentes que no dia posterior haverá o encaminhamento o texto para a validação do *card* que trata do uso de redes sociais dentro do período eleitoral. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** informou que a temática foi escolhida com base no último documento enviado pela AGU e divulgado pela CONJUR via processo; que pelo fato de ter sido transmitido dessa forma, muitos poderiam não ter tido acesso a essas informações. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** corroborou e, por isso, a AECL optou por abordar o assunto por meio de um *card* para ser enviado para todo o órgão via *mailing list*; que esta e outras divulgações não estariam restritas somente ao e-mail e informou que seria necessário avaliar outras possibilidades de comunicação, tendo em vista que a maioria das equipes estão no Edifício Montes e lembrou que caso os presentes queiram tratar de uma temática que não esteja no Plano de Comunicação que poderia ser indicada para que possa ser incluída. O Sr. **Felipe Mateus Sampaio da Silva** aproveitando a fala, tendo em vista a ocorrência de uma postagem racista ocorrida em uma rede social do Ministério, que seria importante tratar da temática racial; e que um colega da CGU se dispôs a falar sobre o assunto no MEsp. O Sr. **Daniel de Oliveira Piza** sugeriu que essa questão poderia contar com o suporte de outros atores; que poderia ter a ajuda do Ministério da Igualdade Racial para conjuntamente contribuírem com a pauta; que teria de ser apresentado um plano de ação à Secretaria-Geral da Presidência da República, com apoio da alta gestão. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** frisou que a intenção seria essa; que poderia promover eventos, como rodas de conversa e chamar pessoas para contribuir com a promoção desta temática sobre o racismo, além de LGBTfobia, sexismo, proteção ao denunciante, ética, no âmbito do Programa T.I.M.E., o que, por sua vez, o Sr. **Daniel de Oliveira Piza** ressaltou a necessidade da criação de fluxos para que o diálogo flua melhor no MEsp, citando uma demanda recebida na APSD como exemplo de que as ações precisam ocorrer em conjunto entre as áreas. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** apontou a diferenciação de iniciativas quando estas são voltadas para o público interno e para o externo. O Sr. **Felipe Mateus Sampaio da Silva** e o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** reiteraram a sugestão de organizar atividades temáticas no formato de palestras e de montar um cronograma para o ano, com o envolvimento das áreas dos membros da CTI. Nada mais havendo a tratar, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** agradeceu a presença de todos(as) e deu por encerrada a reunião aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezessete horas e trinta minutos, da qual, para constar, eu, **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka**, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente por mim, que secretariei, e por todos os integrantes presentes da Câmara Técnica de Integridade.



Documento assinado eletronicamente por **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka**, Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS), em 10/06/2025, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Alexandre Tavares, Coordenador(a) da Câmara Técnica de Integridade**, em 10/06/2025, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Aline Rabêlo da Silva Neves, Presidente da Comissão**, em 10/06/2025, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Mateus Sampaio da Silva, Corregedor(a)**, em 11/06/2025, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Oliveira Piza, Chefe de Assessoria**, em 11/06/2025, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Gizele Soares Brandão, Chefe de Divisão**, em 11/06/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Leila Bezerra Motta, Chefe de Divisão**, em 11/06/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Silva Pontes, Usuário Externo**, em 11/06/2025, às 23:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **15833470** e o código CRC **8BF185D7**.

Referência: Processo nº 71000.078089/2023-62

SEI nº 15833470

Criado por [emiko.matsuoka](#), versão 34 por [wesley.tavares](#) em 14/05/2025 11:42:00.